

## CONSIDERAÇÕES E INDICATIVO DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 9 e 10 DE JULHO 2025

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional, em caráter extraordinário, para os dias 9 e 10 de julho, para levar à categoria a segunda proposta apresentada pelo governo federal no âmbito da negociação das pautas dos Auditores-Fiscais iniciada em 14 de maio de 2025.

Esta Assembleia terá **Indicativo Único** no qual as Auditoras-Fiscais e os Auditores-Fiscais vão deliberar pela aceitação ou rejeição da proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) na última quinta-feira, dia 3 de julho. A **Direção Nacional encaminha pela aprovação desta proposta pelos motivos que se verá a seguir nestas considerações.**

A proposta não atende totalmente a pauta da categoria, isso é inegável. É direito do servidor público federal ter seu vencimento básico reajustado de forma que tenha sempre a recomposição inflacionária. Da mesma forma, é justa e legítima a luta pela integralidade do bônus de eficiência para todo o conjunto dos Auditores-Fiscais.

### **Não-linearidade**

Um ponto de intensa discussão nas reuniões de negociação do sindicato com o governo federal foi a exigência da Direção Nacional de que todo o conjunto dos Auditores-Fiscais fossem contemplados na proposta de reajuste do vencimento básico. A Direção Nacional reafirma que a solidariedade é um princípio basilar da existência dos sindicatos e também de sua gestão.

**Foi em razão da forte resistência da Direção Nacional a essa não-linearidade no reajuste do vencimento básico que a proposta apresentada em 3 de julho incluiu a progressão de carreira, permitindo que os novos também fossem contemplados inclusive com incremento na remuneração total, como está detalhado mais adiante nestas considerações, em gráfico na página 9.**

**A ANÁLISE DESTA QUESTÃO PRECISA SER FEITA EM RETROSPECTIVA.** Ao todo, nesta mobilização, foram feitas quatro reuniões com o governo.

- Em 14 de novembro, a proposta apresentada pelo MGI para a categoria foi zero.

- Em maio, seis meses depois, a premissa apresentada previa um reajuste de 4,5%. A premissa foi fortemente rejeitada pelo Sindicato, em ofício enviado destacando a importância da inclusão de todos no reajuste (veja trecho abaixo)

### 3. Equivalência Requer Equilíbrio

Qualquer proposta aos Auditores-Fiscais que estabeleça um novo valor de referência que não o teto remuneratório constitucional, precisa considerar ajustes e contemplar, ao menos, três importantes pontos, a seguir:

1. a natureza da parcela variável e condicional de parte da remuneração e todos os efeitos que dela decorrem;
2. as especificidades da atuação fiscal (risco, complexidade e impactos imprevisíveis); e
3. a restrição aos Auditores-Fiscais aposentados e aos recém-ingressados da integralidade da parcela variável.

- No dia 22 de maio, o MGI colocou na mesa a proposta de 7,56%, não-linear, apenas para a Classe Especial, mas trouxe a proposta de alteração da tabela da escadinha pela primeira vez, de 35% para 52%. A discussão sobre a importância de que o aumento fosse estendido igualmente a todos ocorreu durante a reunião, que durou cinco horas. O princípio da solidariedade foi declarado no encaminhamento da Direção Nacional pela rejeição desta proposta, sinalizando que a revisão da tabela da escadinha era um avanço muito importante (trecho do ofício abaixo). E, para 2025, aumento no bônus de R\$ 1700 nos meses de novembro, dezembro e janeiro de 26.

A proposta apresentada foi rejeitada por 95,80% dos Auditores-Fiscais, um percentual que demonstra a clara insatisfação da categoria com os termos apresentados na negociação. Os principais motivos para a rejeição da proposta foram a insuficiência no índice de reajuste oferecido (percentual não isonômico em relação às demais carreiras); a data para efeito do reajuste – abril de 2026 (sendo que todas as outras carreiras já têm seus reajustes implementados em 2025); e, sobretudo, o tratamento discriminatório e assimétrico da proposta, pois o reajuste oferecido contempla apenas os Auditores-Fiscais em final de carreira e não todos os Auditores-Fiscais da Receita Federal, como devem sempre ser as propostas de negociação salarial. Da forma apresentada, a proposta produziria uma desestruturação e a desvalorização da nossa carreira.

- Em 3 de julho, o governo federal fez a proposta que está para deliberação. O índice de reajuste foi elevado para 9,22%, a alteração da escadinha permaneceu e **o ponto novo foi a progressão de carreira, passando de 10 para 8 anos o tempo necessário para o Auditor recém ingressado alcance o topo da carreira.**

O governo afirmou que a não-linearidade do reajuste é inegociável. Para o governo, é preciso manter equilíbrio entre as carreiras dos Auditores-Fiscais e dos delegados da Polícia Federal. Essa premissa não é nova e limitou também a negociação para regulamentação do bônus de eficiência em 2023 e 2024 com a implementação dos subtetos.

**A progressão de carreira só foi incluída na proposta do MGI em razão da forte discussão entre sindicato e MGI a respeito da importância de que todos fossem contemplados.**

### **Avanços da proposta atual**

A proposta tem avanços consideráveis para todo o conjunto das Auditoras e dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil: reajusta o vencimento básico em 9,22%, altera a escadinha do bônus para aposentados para 52%, acelera imediatamente os prazos de progressão na carreira, transformando a nossa carreira naquela com menor intervalo de tempo para se alcançar o topo, reduzindo-o de 10 para 8 anos. Todos esses pontos serão detalhadamente explicados neste documento.

Somos uma categoria de luta, que resiste historicamente às investidas contra a Receita Federal do Brasil e a valorização do cargo e realizamos uma greve nacional de sete meses, uma das mais longevas da história da categoria.

A análise desta proposta do MGI tem de ser feita considerando nosso cenário de mobilização e a conjuntura nacional. A resistência do governo federal em negociar com a categoria ainda é forte. O MGI manteve sua intransigência por meses apesar da intensa greve e da operação-padrão em todas as Aduanas e apenas em maio decidiu abrir negociação.

No entanto, nosso movimento está judicializado desde o início de junho, quando a União entrou com pedido na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em nove de junho, o Sindifisco Nacional foi citado de decisão liminar do STJ. Assim, atendendo à liminar, a operação-padrão está suspensa, temporariamente, e a operação na zona primária aduaneira retomou à normalidade. Todos os serviços

considerados essenciais, discriminados na petição da União, permaneceram sendo atendidos.

O governo também iniciou movimentos para desgastar nosso movimento no parlamento e junto à imprensa formadora de opinião. As ações da Direção Nacional continuam junto a interlocutores no Congresso Nacional e no entorno da presidência da República e é notório que o clima de apoio público entre os parlamentares mudou após a gestão do governo contra a greve da categoria.

A conjuntura nacional também está em um momento que merece nossa atenção. A Reforma Administrativa está em discussão no Congresso Nacional. O governo vem sofrendo forte pressão para o corte de gastos públicos. Ano que vem, haverá eleições nacionais e não é permitido conceder qualquer tipo de reajuste para o funcionalismo público.

Os prazos referentes ao ciclo de tramitação da lei orçamentária não estão a nosso favor. O prazo final para o governo apresentar a proposta de lei orçamentária ao Congresso Nacional é agosto e, portanto, o documento está sendo finalizado.

**Esses elementos, somados a informações de interlocutores próximos ao governo, nos permitem inferir que quando o governo diz que esta é a última proposta e que, caso seja rejeitada, será retirada da mesa, as chances de que ele esteja falando a verdade são bastante grandes. Essa possibilidade também tem de fazer parte da nossa análise, pois se o risco existe é preciso considerar esse resultado: o fim da negociação sem nenhuma conquista.**

## Histórico

O caminho até a apresentação dessa segunda proposta foi marcado por fortes obstáculos. O primeiro deles foi a resistência do MGI, respaldada pelo governo federal, em negociar com a categoria. Em 4 de julho de 2024, o ministério fez a primeira manifestação específica a respeito enviando ofício, assinado pela Diretoria de Relações de Trabalho no Serviço Público, afirmando que não seria instalada a mesa específica dos Auditores. Imediatamente, Direção Nacional convocou uma Assembleia Nacional na qual a categoria deliberou pelo início do estado de Mobilização, em 12 de julho de 2024.

O movimento se iniciou com Operação-Padrão na Aduana, apagão de acesso aos sistemas informatizados da Receita Federal e atos públicos. A mobilização escalou para paralisações de 24 horas e depois de 48 horas. Em Assembleia realizada no dia

16/10, os Auditores-Fiscais deliberaram, acatando as propostas da Direção Nacional, pela instalação dos comandos locais, regionais e nacional de mobilização.

Em 14 de novembro, o MGI recebeu o Sindifisco Nacional para uma reunião, mas não houve qualquer avanço, o governo continuava irredutível. No mesmo dia, Direção Nacional convocou Assembleia e, em 21/11, propôs, junto com CNM e Mesa Diretora do CDS, início de greve por tempo indeterminado a partir de 26 de novembro. A partir dessa data, Direção Nacional e Comando Nacional de Mobilização propuseram a conjugação de diversas formas de pressão que foram realizadas por mais de 220 dias.

A força da mobilização da categoria pressionando em uma frente, as intensas ações com parlamentares e atores de influência no entorno do governo e da presidência da República, em outra frente, conseguiram que, em 14 de maio deste ano, o MGI nos chamasse para uma reunião e abrisse negociação, apresentando premissas negociais que foram formalmente rejeitadas pelo sindicato.

### **Negociação**

A primeira proposta efetiva foi apresentada pelo governo à categoria em 22 de maio, em uma reunião tensa que foi interrompida por duas vezes durante as cinco horas de negociação, a pedido do secretário José Lopez Feijóo, diante das firmes rejeições, manifestadas pela Direção Nacional, pelo CNM e pela Mesa Diretora do CDS, contra as proposições apresentadas pelo governo.

A primeira proposta apresentada, na reunião, foi de **um reajuste de 4,5% (já não linear e restrito à Classe Especial) e a retirada do último degrau da escadinha para os aposentados, ambas as medidas a partir de abril de 2026**, a qual foi veementemente rejeitada pelo Sindifisco Nacional – Direção Nacional, CNM e Mesa do CDS afirmaram ao MGI que aquela não seria nem considerada uma proposta efetiva que merecesse ser levada para deliberação assemblear.

Após mais de uma hora de discussão, o secretário Feijóo pediu um tempo e suspendeu a reunião. **Às 18h30, a reunião recomeçou e o MGI apresentou outra proposta: 7,56% de reajuste no vencimento básico, restrito à classe especial, a partir de abril de 2026, correção de todos os percentuais da tabela do anexo da escadinha da Lei 13464/2017**, de forma que o último degrau passasse de 35% para 52% do bônus de eficiência, e uma modificação (pontual) no subteto do bônus de eficiência: em novembro e dezembro de 2025 e janeiro de 2026 o subteto passaria de R\$ 7.000,00 para R\$ 8.700,00 promovendo um aumento de R\$ 1.700,00 por mês, nestes três meses.

Novamente, a proposta não foi bem recebida, à exceção da correção em toda a tabela do anexo IV da Lei 13.464/2017, que iniciaria a recuperação de um direito importante dos Auditores-Fiscais aposentados e um caminho na direção do bônus integral. Após a forte reação contrária dos representantes do sindicato, que se recusaram a avaliar uma proposta não linear, que não incluía todos os Auditores no reajuste e não trazia nenhuma outra condição de melhoria, o secretário pediu mais uma vez que a reunião fosse suspensa. Ao retornar, declarou que esta proposta era a que continuaria na mesa. Esta proposta foi rejeitada por 95% categoria.

Naquele momento, o governo sinalizou que faria o enfrentamento à nossa mobilização tanto no campo da informação à sociedade e ao parlamento como no campo jurídico. E, de fato, isso aconteceu, como já vimos neste documento.

## CONSIDERAÇÕES AO INDICATIVO ÚNICO

A Direção Nacional encaminha pela aprovação da proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em reunião realizada no dia 3 de julho com a participação da Direção Nacional, Comando Nacional de Mobilização e Mesa Diretora do Conselho dos Delegados Sindicais.

A pauta apresentada pelo sindicato ao governo federal tinha quatro itens: recomposição das perdas referentes ao vencimento básico, bônus Integral para todos os Auditores-Fiscais, ativos, inclusive os recém ingressados na carreira, aposentados e pensionistas, destinação de recursos do Fundaf para o custeio de ressarcimento dos gastos com Planos de Saúde para os Auditores-Fiscais e seus dependentes e atualização do valor da Indenização de Fronteira.

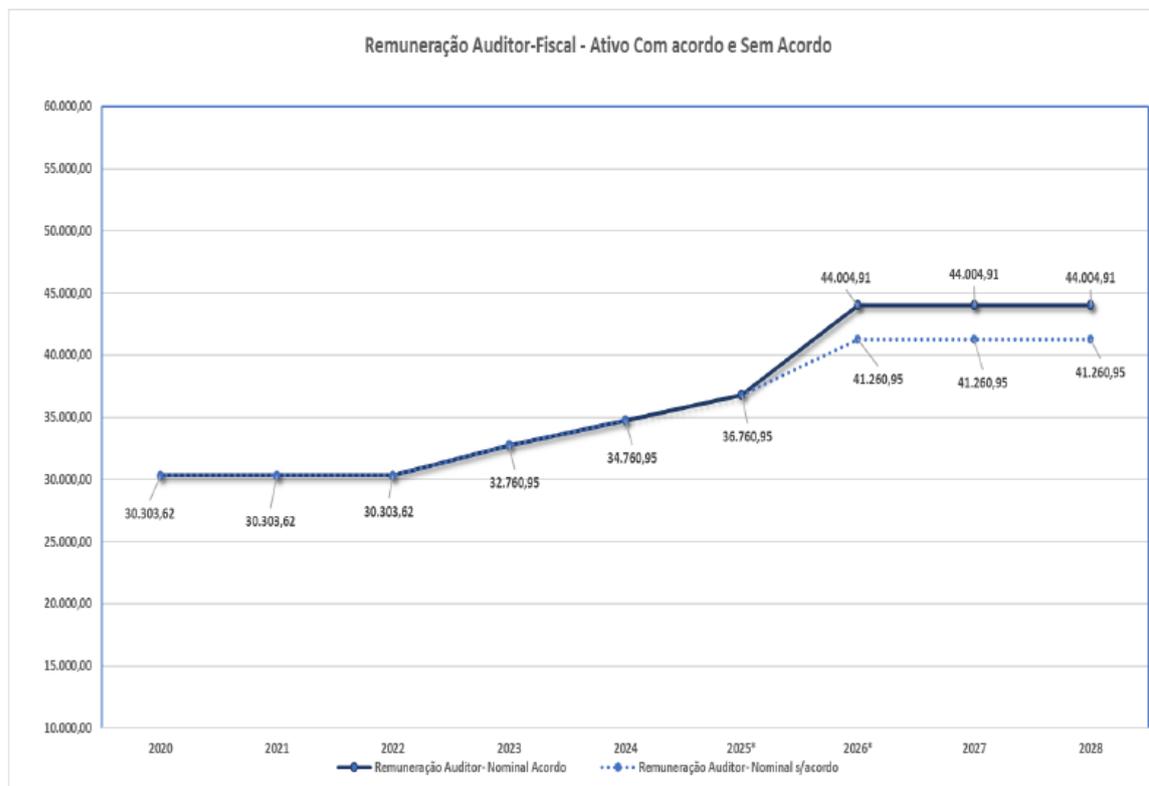
A proposta que segue para deliberação da categoria nesta assembleia contém: reajuste de 9,22% no vencimento básico para a Classe “Especial”, Padrões “I” a “III”, a partir de abril de 2026; alteração, a partir de abril de 2026, do percentual de bonificação para os aposentados e pensionistas, elevando de 35% para 52% o final da escadinha atual; alteração da legislação da carreira para permitir a progressão funcional durante o estágio probatório e acréscimo de R\$ 1.700 no teto do bônus de eficiência, aplicável apenas para o último trimestre do exercício de 2025 (novembro e dezembro de 2025 e janeiro/2026), passando de R\$ 7.000 para R\$ 8.700. **(veja documento anexo).**

Mesas de negociação são muito tensas. Os Auditores-Fiscais estão negociando com a Receita Federal, com o Ministério da Fazenda e o MGI desde o início de 2022, quando

iniciamos uma forte mobilização pela regulamentação do bônus de eficiência. A lei que instituiu o bônus é de 2017.

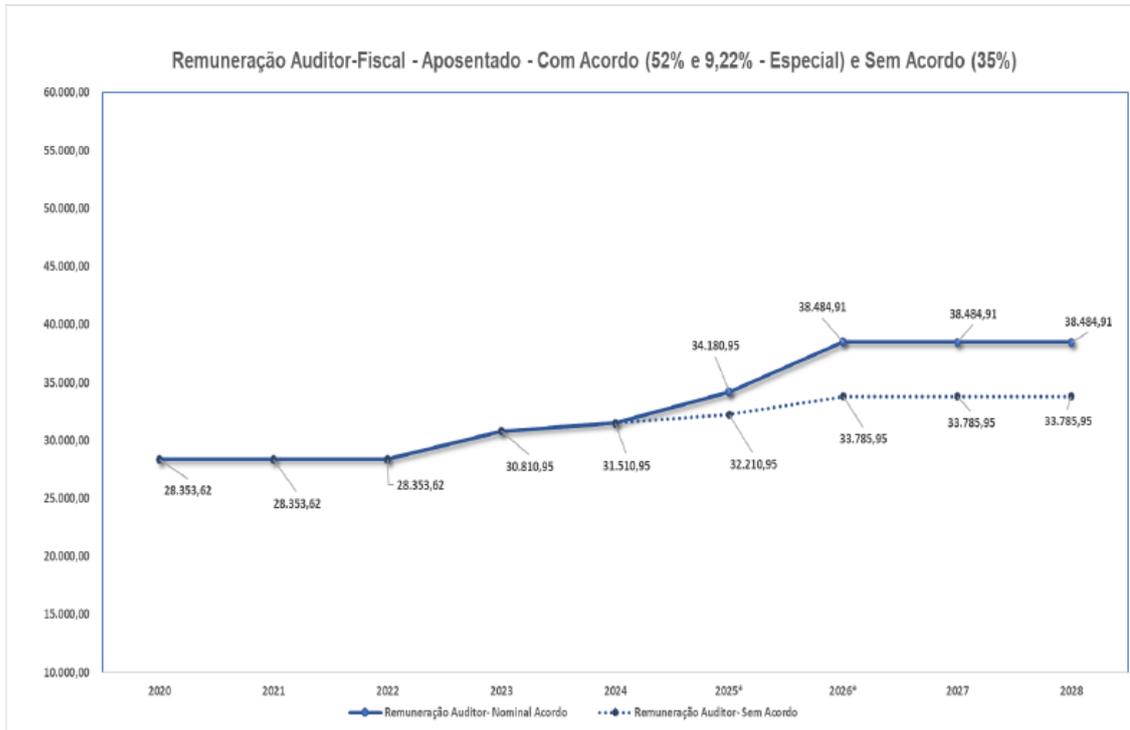
Em 2023, a negociação pela regulamentação e publicação do decreto do bônus teve início. Foram meses tensos, a mobilização escalou para uma greve de 81 dias encerrada com o Termo de Acordo de Regulamentação. O Decreto 11.454/24, que trata do bônus com escalonamento já definido com limites individuais até R\$ 11.500,00 em 2026, e já contratado o reajuste mínimo pelo IPCA a partir de 2027, foi, portanto, publicado neste governo.

Essa é a afirmação do governo federal na mesa de negociação: Aceitando a proposta, os Auditores-Fiscais ativos no topo da tabela terão reajuste total de 47% na remuneração, **considerando o período entre abril de 2023 e abril de 2026, passando de R\$ 30 mil para R\$ 44 mil de remuneração total** (bônus de eficiência e vencimento básico, sem considerar os adicionais). Veja gráfico abaixo:



Para os Auditores-Fiscais aposentados, o governo federal segue a mesma linha do cálculo acima. A proposta contempla os Auditores-Fiscais aposentados em dois itens: O mesmo índice de reajuste, 9,22%, aplicado ao vencimento básico a partir de abril de

2026, e a alteração da tabela do percentual do bônus para aposentados e pensionistas, elevando de 35% para 52% o final da escadinha atual. Neste cálculo, para o governo, os Auditores-Fiscais aposentados terão um reajuste, entre abril de 2023 e abril de 2026, de 37,5% na remuneração total. Caso a proposta seja aprovada, a variação seria de R\$ 28.050,00 para R\$ 38.500,00. Veja o gráfico a seguir:



**VEJA ABAIXO TABELAS COMPARATIVAS DA REMUNERAÇÃO TOTAL CONSIDERANDO OS GANHOS COM A REGULAMENTAÇÃO DO BÔNUS (2024) E A APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DA PROPOSTA ATUAL.**

Para os Auditores-Fiscais ativos

Anos na Carreira	Acordos 2024 e 2025	Sem acordo 2025	Com 9,22% na classe especial e sem progressão no estágio probatório	sem acordos 2024 e 2025	Reajuste acordos 2024+2025	Reajuste acordo 2025
0	R\$ 22.921,71	R\$ 22.921,71	R\$ 22.921,71	R\$ 22.921,71	0,00%	0,00%
1	R\$ 29.597,76	R\$ 28.671,71	R\$ 28.671,71	R\$ 24.421,71	21,19%	3,23%
2	R\$ 32.949,71	R\$ 31.546,71	R\$ 31.546,71	R\$ 25.171,71	30,90%	4,45%
3	R\$ 36.797,70	R\$ 35.347,76	R\$ 35.347,76	R\$ 26.847,76	37,06%	4,10%
4	R\$ 37.819,73	R\$ 35.824,71	R\$ 35.824,71	R\$ 27.324,71	38,41%	5,57%
5	R\$ 38.346,11	R\$ 36.797,70	R\$ 36.797,70	R\$ 28.297,70	35,51%	4,21%
6	R\$ 42.543,08	R\$ 37.819,73	R\$ 37.819,73	R\$ 29.319,73	45,10%	12,49%
7	R\$ 43.101,85	R\$ 38.346,11	R\$ 38.346,11	R\$ 29.846,11	44,41%	12,40%
8	R\$ 44.004,91	R\$ 39.922,52	R\$ 42.543,08	R\$ 31.422,52	40,04%	10,23%
9	R\$ 44.004,91	R\$ 40.434,13	R\$ 43.101,85	R\$ 31.934,13	37,80%	8,83%
10	R\$ 44.004,91	R\$ 41.260,95	R\$ 44.004,91	R\$ 32.760,95	34,32%	6,65%

## Para os Auditores-Fiscais aposentados

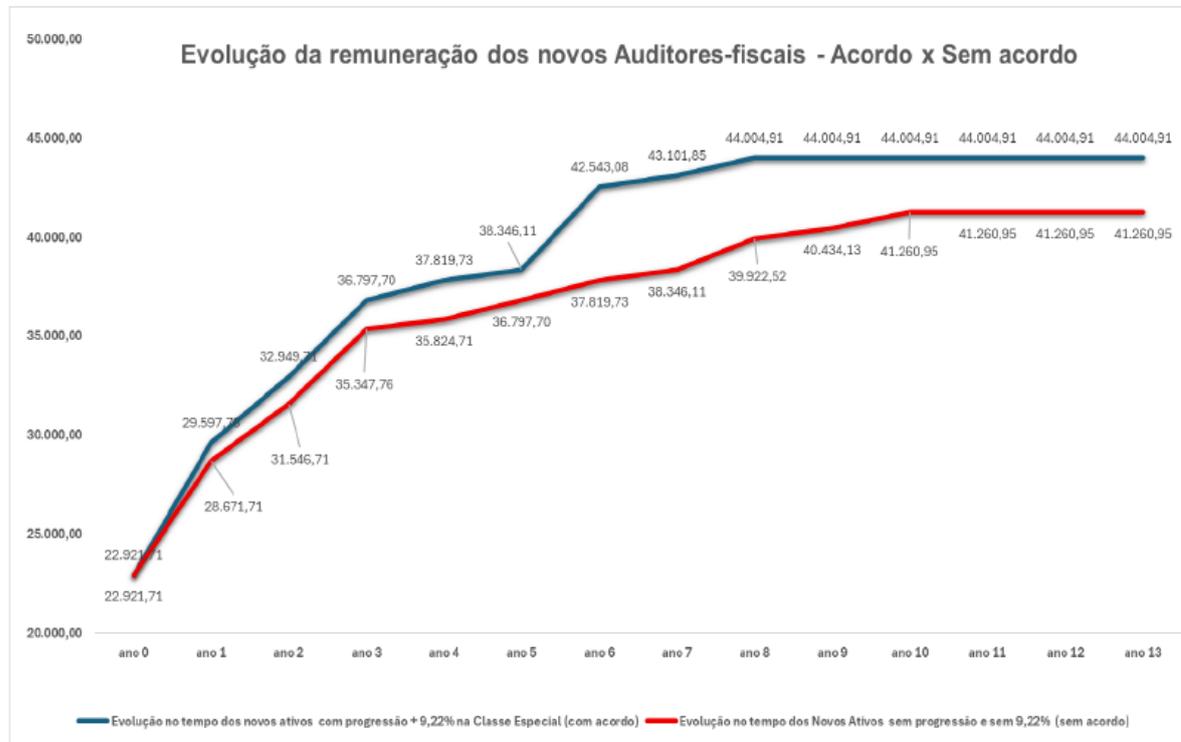
Escadinha antiga	Nova escadinha	VB S III	Bônus	Com acordo	Sem Acordo	Sem Acordo 2024 e 2025	Porcentagem acordo 2025	Porcentagem acordos 2024 e 2025	Diferença acordo
100,00%	100,00%	R\$ 32.504,91	R\$ 11.500,00	R\$ 44.004,91	R\$ 41.260,95	32.760,95	6,65%	34,32%	R\$ 2.743,96
93,00%	93,00%	R\$ 32.504,91	R\$ 10.695,00	R\$ 43.199,91	R\$ 40.455,95	32.550,95	6,78%	32,71%	R\$ 2.743,96
86,00%	86,49%	R\$ 32.504,91	R\$ 9.946,35	R\$ 42.451,26	R\$ 39.650,95	32.340,95	7,06%	31,26%	R\$ 2.800,31
79,00%	80,44%	R\$ 32.504,91	R\$ 9.250,11	R\$ 41.755,01	R\$ 38.845,95	32.130,95	7,49%	29,95%	R\$ 2.909,06
72,00%	74,81%	R\$ 32.504,91	R\$ 8.602,60	R\$ 41.107,50	R\$ 38.040,95	31.920,95	8,06%	28,78%	R\$ 3.066,56
65,00%	69,57%	R\$ 32.504,91	R\$ 8.000,42	R\$ 40.505,32	R\$ 37.235,95	31.710,95	8,78%	27,73%	R\$ 3.269,38
58,00%	64,70%	R\$ 32.504,91	R\$ 7.440,39	R\$ 39.945,29	R\$ 36.430,95	31.500,95	9,65%	26,81%	R\$ 3.514,35
51,00%	60,17%	R\$ 32.504,91	R\$ 6.919,56	R\$ 39.424,47	R\$ 35.625,95	31.290,95	10,66%	25,99%	R\$ 3.798,52
44,00%	55,96%	R\$ 32.504,91	R\$ 6.435,19	R\$ 38.940,10	R\$ 34.820,95	31.080,95	11,83%	25,29%	R\$ 4.119,15
35,00%	52,04%	R\$ 32.504,91	R\$ 5.984,73	R\$ 38.489,63	R\$ 33.785,95	30.810,95	13,92%	24,92%	R\$ 4.703,69

## Auditores-Fiscais Novos

A Direção Nacional afirma, categoricamente, que a proposta contempla os recém-ingressos e não cria novo fosso entre os Auditores nem deixa de atender a todos. A alteração da lei que trata da progressão de carreira também tem efeito de curto prazo na remuneração dos recém-ingressos.

A mudança permitirá progressão funcional durante o estágio probatório. Até 2027 todos os recém-ingressos (de 2024) terão progredido três níveis na carreira - a primeira progressão ocorrerá já este ano (2025), para a Segunda Classe II. Em 2026, avança para a Segunda Classe III.

O resultado na remuneração dessas progressões será um reajuste de 6,12% no vencimento básico em 2026. Conforme o gráfico abaixo, a remuneração total será, então, de R\$ 32. 949,71 (incluindo 75% do bônus de eficiência).



Em 2027, o percentual do bônus de eficiência para este grupo alcançará os 100% e será de, pelo menos, R\$ 11.500 mais a correção pelo IPCA, conforme o contratado com o governo no Decreto nº 11.545/2024, que o regulamentou.

Em 8 anos, e **não mais em 10 anos**, os novos Auditores-Fiscais alcançarão a remuneração do topo da tabela, que em valores presentes corresponderia a R\$ 44.004,91.

**A proposta ainda tem um quarto item, para aplicação em 2025: Incremento do bônus eficiência** para o terceiro trimestre, com efeitos financeiros nos contracheques dos meses de novembro e dezembro de 2025 e janeiro de 2026, passando de R\$ 7.000 para R\$ 8.700.

Nenhum movimento reivindicatório, em tempo algum, alcançou 100% das reivindicações. No entendimento da Direção Nacional, é hora de consolidarmos os relevantes avanços e nos prepararmos para novas negociações e conquistas. Vamos continuar nossa luta pois ainda temos uma pauta legítima e importante para conquistar. **Podemos destacar, entre outras:**

- A destinação de recursos do Fundaf para o custeio de ressarcimento dos gastos com saúde. A RFB formou um Grupo de Trabalho com sindicato e Administração, e a previsão é que o GT apresente uma proposta em menos de um mês.

- A revogação das Resoluções 7 e 8 pelo Comitê Gestor, pauta importantíssima com perspectiva positiva de ser atendida. A RFB comunicou que deverá ocorrer uma reunião do Comitê Gestor até a próxima semana e as resoluções estão na pauta.

- Nesta segunda (7), a Direção Nacional enviou ofício para os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (MGI) e ao secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, solicitando a instalação da Mesa Setorial de Negociação, para tratar das pautas institucionais não remuneratórias e do fortalecimento do cargo de Auditor-Fiscal do órgão. Entre elas, **como tema prioritário, a regulamentação do mandato fixo e quarentena para cargos em comissão ocupados por Auditores-Fiscais.**

Todo esse cenário exige uma avaliação rigorosa dos riscos e das oportunidades, e uma decisão responsável e equilibrada de todos nós. **É preciso destacar que, mesmo aprovado o indicativo, será mantido o Estado de Mobilização.** Temos uma importante decisão pela frente. Esta Assembleia Nacional será histórica e a participação de todas e todos, Auditoras e Auditores-Fiscais ativos e aposentados, é imprescindível.

## **A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA PELA APROVAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO MGI EM 3 DE JULHO DE 2025**

### **Considerações do Comando Nacional de Mobilização (CNM) à proposta apresentada pelo MGI no dia 03 de julho de 2025:**

Conforme levantamentos da categoria, as perdas inflacionárias acumuladas atingem 44,2%. Apesar de administrarem e fiscalizarem uma ampla gama de tributos, os quais respondem por mais de 70% da arrecadação nacional, além de serem responsáveis pelo controle aduaneiro e pela proteção das fronteiras do nosso vasto território, os Auditores-Fiscais da RFB têm hoje a menor remuneração entre os fiscos do país: recebem menos do que seus pares nos fiscos estaduais e, por incrível que pareça, menos inclusive do que muitos fiscos municipais. Esse descompasso fez que 14 candidatos do último concurso desistissem de tomar posse no cargo de Auditor-Fiscal da RFB por terem sido aprovados em concursos públicos financeiramente mais atrativos.

A primeira proposta formal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), apresentada em 22 de maio, previa:

- Vencimento Básico (VB): Reajuste de 7,56%, a partir de **abril de 2026**, exclusivamente para a Classe Especial;

- Correção de todos os percentuais da tabela do anexo da escadinha da Lei 13464/17, sendo o último degrau de T1 > 108 meses, de 35% para 52,04%;
- Bônus de Eficiência e Produtividade: Acréscimo de R\$ 1.700,00 no subteto do Bônus (de R\$ 7.000,00 para R\$ 8.700,00), aplicável somente ao último trimestre de 2025 (novembro/2025 - janeiro/2026);

Considerada insuficiente e assimétrica, **foi rejeitada por 95,8%** dos 7218 Auditores-Fiscais da RFB que compareceram à assembleia de 26 de maio de 2025.

A segunda proposta, apresentada em 3 de julho de 2025, basicamente repete a primeira, com a diferença de que o percentual de reajuste no vencimento básico subiu para 9,22% (um incremento de apenas 1,66 ponto percentual) e flexibilizou as condições de progressão e promoção funcional para os colegas mais novos na carreira:

- VB: Reajuste de **9,22%**, a partir de abril de 2026, exclusivamente para a Classe Especial (**aumento de apenas 1,66 p.p. em relação à primeira proposta**).
- Correção de todos os percentuais da tabela do anexo da escadinha da Lei 13464/17, sendo o último degrau de T1 > 108 meses, de 35% para 52,04% (**item igual à primeira proposta**);
- Bônus de Eficiência e Produtividade: Acréscimo de R\$ 1.700,00 no subteto do Bônus (de R\$ 7.000,00 para R\$ 8.700,00), aplicável somente ao último trimestre de 2025 (novembro/2025 - janeiro/2026) (**item igual à primeira proposta**).
- Progressão Funcional: Proposta de alteração legislativa para permitir a progressão funcional durante o estágio probatório (**novidade em relação à primeira proposta**).

A ampla rejeição da primeira proposta e o **limitado avanço da segunda** demonstram a necessidade de uma nova abordagem por parte do Governo Federal, que contemple de forma mais justa e abrangente as reivindicações dos Auditores-Fiscais.

Apesar de reconhecermos alguns avanços da última proposta frente à primeira, consideramos que ainda há espaço para melhorá-la, motivo pelo qual **encaminhamos pela rejeição da proposta apresentada pelo MGI no dia 03 de julho de 2025**, para que seja apresentada, em uma próxima assembleia a ser convocada, uma contraproposta que promova a valorização do cargo, buscando consenso e viabilizando a retomada plena das atividades da RFB. Nosso objetivo é incorporar na última proposta do MGI, alguns aspectos considerados cruciais para a valorização da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB):

1. Seja o reajuste dado linearmente para todas as classes e padrões do cargo de Auditor-Fiscal.

2. Sejam retirados os subtetos mensais do Bônus de Eficiência<sup>1</sup>.
3. Seja incorporado no vencimento básico o incremento de R\$ 1.700,00 proposto no subteto do bônus para o último trimestre de 2025 (novembro/2025 - janeiro/2026).
4. Seja reduzida a "escadinha" para os novos Auditores-Fiscais que ingressam na carreira.

Pelo exposto, o CNM encaminha **CONTRA** a proposta apresentada pelo MGI no dia 03 de julho de 2025. A Mesa Diretora do CDS encaminhou um memorando no qual afirma que a Mesa do CDS encaminha pela **REJEIÇÃO** da proposta.

A **Direção Nacional** encaminha pela **APROVAÇÃO** a proposta apresentada pelo MGI no dia 3 de julho de 2025.

---

<sup>1</sup> reiteradas decisões judiciais têm considerado que o decreto inovou no ordenamento jurídico, extrapolando seu poder regulamentar no que diz respeito à criação de subtetos não previstos no art. 13 da Lei nº 13.464/2017.

**INDICATIVO ÚNICO PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 9 E 10 DE  
JULHO DE 2025**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: \_\_\_\_\_

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: \_\_\_\_ Aposentados: \_\_\_\_ TOTAL: \_\_\_\_\_

**Indicativo único:** Os Auditores-Fiscais presentes à Assembleia Nacional aprovam a proposta apresentada pelo governo ao Sindifisco Nacional, em reunião do dia 3 de julho, conforme documento anexo a essas considerações, com a consequente suspensão de todos os atos de mobilização e encerramento da greve, mantido o Estado de Mobilização.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção